

## ÍNDICE

### PARTE II DA TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES

SECÇÃO I – A TRANSMISSIBILIDADE DOS CRÉDITOS E DAS DÍVIDAS	9
SECÇÃO II – A CESSÃO DE CRÉDITOS	13
1. Generalidades	13
2. Requisitos da cessão de créditos	14
2.1. Generalidades	14
2.2. Um negócio jurídico a estabelecer a transmissão da totalidade ou de parte do crédito	14
2.3. A inexistência de impedimentos legais ou contratuais a essa transmissão	18
2.4. O crédito não esteja, em virtude da própria natureza da prestação, ligado à pessoa do credor	21
3. Efeitos da cessão de créditos	21
3.1. Generalidades	21
3.2. Efeitos em relação às partes	21
a) <i>A transmissão do crédito do cedente para o cessionário</i>	21
b) <i>A transmissão das garantias e acessórios do crédito</i>	23
c) <i>A transmissão das excepções</i>	24
d) <i>A garantia prestada pelo cedente</i>	25
e) <i>Obrigações de entrega de documentos e outros elementos probatórios do crédito</i>	26
3.3. Efeitos em relação ao devedor	27
3.4. Efeitos em relação a terceiros	28

SECÇÃO III – A SUB-ROGAÇÃO	33
1. Conceito de sub-rogação	33
2. Modalidades de sub-rogação	35
2.1. Generalidades	35
2.2. A sub-rogação pelo credor	36
2.3. A sub-rogação pelo devedor	37
2.4. A sub-rogação em consequência de empréstimo efectuado ao devedor	37
2.5. A sub-rogação legal	39
3. Efeitos da sub-rogação	41
3.1. Transmissão do crédito na medida da sua satisfação	41
3.2. Transmissão das garantias e acessórios do crédito	42
3.3. A questão da transmissão das excepções	43
3.4. Eficácia da sub-rogação em relação ao devedor e a terceiros	44
4. Natureza da sub-rogação	45
 SECÇÃO IV – A ASSUNÇÃO DE DÍVIDA	 49
1. Conceito e evolução histórica da assunção de dívida	49
2. Modalidades da assunção de dívida	51
2.1. Assunção interna e assunção externa	51
2.2. Assunção cumulativa e assunção liberatória de dívida	54
3. Requisitos da assunção de dívida	55
3.1. O consentimento do credor	55
3.2. A existência e validade do contrato de transmissão	56
4. Regime da assunção de dívida	59
4.1. Generalidades	59
4.2. O regime específico da assunção cumulativa	59
4.3. O regime específico da assunção liberatória	61
4.4. Transmissão das garantias e acessórios	62
4.5. Os meios de defesa do novo devedor	64
5. Natureza da assunção de dívida	65
a) <i>teoria da substituição nos direitos de crédito</i>	66
b) <i>teoria da cessão</i>	67
c) <i>teoria do contrato a favor de terceiro</i>	68
d) <i>teoria da sub-rogação convencional</i>	68
e) <i>teoria da disposição</i>	69
f) <i>teoria da oferta ou teoria contratual</i>	69
 SECÇÃO V – CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	 73
1. Generalidades	73
2. Figuras afins da cessão da posição contratual	74

2.1. Generalidades	74
2.2. O subcontrato	74
2.3. A adesão ao contrato	75
2.4. A sub-rogação legal forçada	76
3. Requisitos da cessão da posição contratual	77
3.1. Generalidades	77
3.2. Um contrato a estabelecer a transmissão da posição contratual, celebrado entre o cedente e um terceiro	77
3.3. O consentimento do outro contraente	79
3.4. A questão da inclusão da referida posição contratual no âmbito dos contratos com prestações recíprocas	81
4. Efeitos da cessão da posição contratual	83
4.1. Generalidades	83
4.2. Relação entre cedente e cessionário.	83
a) <i>Transmissão da posição contratual do cedente para o cessionário</i>	83
b) <i>Garantia prestada pelo cedente relativamente à posição contratual transmitida</i>	86
4.3. Relação entre o cessionário e o contraente cedido	87
4.4. Relação entre o cedente e o contraente cedido	92
5. Natureza	94

### PARTE III DA EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

SECÇÃO I – AS CAUSAS DE EXTINÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS	99
1. Generalidades	99
2. Revogação	99
3. Resolução	100
4. Denúncia	103
5. Caducidade	104
6. A oposição à renovação	105
SECÇÃO II – A PRESCRIÇÃO	107
1. Generalidades	107
2. Modalidades: prescrição comum e prescrições presuntivas	108
3. Regime da prescrição	110
4. Prazo da prescrição	112
5. Natureza da prescrição	115

SECÇÃO III – A IMPOSSIBILIDADE SUPERVENIENTE DA PRESTAÇÃO E O PROBLEMA DO RISCO NOS CONTRATOS BILATERAIS E NOS CONTRATOS REAIS	117
1. O regime da impossibilidade casual da prestação	117
2. Situações equiparáveis à impossibilidade da prestação: a frustração do fim da prestação e a realização do interesse do credor por outra via	120
3. O risco nos contratos sinalagmáticos	122
3.1. A distribuição do risco em caso de verificação da impossibilidade da prestação	122
3.2. O problema da frustração do fim da prestação ou da realização do interesse do credor por outra via	124
3.3. O risco nos contratos reais de alienação	125
SECÇÃO IV – A ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS	129
1. O debate jurídico em torno da questão da alteração das circunstâncias e a sua recepção no direito português	129
2. Requisitos	135
3. A exclusão da aplicação do regime da alteração das circunstâncias em caso de mora da parte lesada	138
4. Efeitos da alteração das circunstâncias.	139
SECÇÃO V – O CUMPRIMENTO	141
1. Conceito e importância	141
2. Princípios gerais	141
2.1. Princípio da pontualidade	142
2.2. Princípio da integralidade	143
2.3. O princípio da boa fé	144
2.4. O princípio da concretização	145
3. Capacidade para o cumprimento	146
4. Disponibilidade da coisa dada em cumprimento	147
5. Legitimidade para o cumprimento	148
5.1. Generalidades	148
5.2. Legitimidade activa	148
5.3. Efeitos do cumprimento por terceiro	149
5.4. Legitimidade passiva	151
6. Tempo do cumprimento	156
6.1. Modalidades das obrigações quanto ao tempo do cumprimento	156
6.2. Colocação do prazo no critério de uma das partes	158
6.3. Benefício do prazo	158
6.3.1. Generalidades	158

6.3.2. Prazo em benefício do devedor	159
6.3.3. Prazo em benefício do credor	159
6.3.4. Prazo em benefício de ambas as partes	160
6.3.5. Perda do benefício do prazo	160
6.3.5.1. Generalidades	160
6.3.5.2. A insolvência do devedor	161
6.3.5.3. A diminuição de garantias	162
6.3.5.4. A não realização de uma prestação, nas dívidas a prestações	163
6.3.5.5. Carácter pessoal da perda do benefício do prazo	164
7. Lugar do cumprimento	165
7.1. Modalidades de obrigações quanto ao lugar de cumprimento	165
7.2. As regras relativas ao lugar da prestação	166
7.3. A mudança de domicílio das partes	167
7.4. A impossibilidade da prestação no lugar fixado	168
8. Imputação do cumprimento	169
9. Prova do cumprimento	173
10. Direito à restituição do título ou à menção do cumprimento	174
11. Efeitos do cumprimento	175
12. Natureza do cumprimento	175
 SECÇÃO VI – DAÇÃO EM CUMPRIMENTO E DAÇÃO <i>PRO SOLVENDO</i>	181
1. A dação em cumprimento	181
1.1. Pressupostos da dação em cumprimento	181
1.1.1. A realização de uma prestação diferente da que for devida	181
1.1.2. O acordo do credor relativo à exoneração do devedor com essa prestação	183
1.2. Forma da dação em cumprimento	184
1.3. Regime da dação em cumprimento	184
1.3.1. A extinção da obrigação	184
1.3.2. Garantia contra vícios da coisa ou do direito transmitido	185
1.3.3. Invalidade da dação em cumprimento	185
1.4. Natureza jurídica da dação em cumprimento	186
2. A dação <i>pro solvendo</i>	189
 SECÇÃO VII – A CONSIGNAÇÃO EM DEPÓSITO	191
1. Generalidades	191
2. Pressupostos da consignação em depósito	192
3. Regime da consignação em depósito	193
3.1. Generalidades	193

3.2. Instituição de uma relação processual entre o consignante e o credor	193
3.3. Instituição de uma relação substantiva triangular entre o consignante, o consignatário da coisa devida e o credor	195
3.4. Efeitos da consignação sobre a obrigação	196
 SECÇÃO VIII – A COMPENSAÇÃO	 197
1. Generalidades	197
2. Pressupostos da compensação	198
2.1. Existência de créditos recíprocos	198
2.2. Fungibilidade das coisas objecto das prestações e identidade do seu género e qualidade	199
2.3. Existência, validade e exigibilidade do crédito do declarante	200
2.4. Existência, validade e possibilidade de cumprimento do crédito do declaratário	201
3. Créditos não compensáveis	201
4. Regime da compensação	203
5. Compensação convencional	205
 SECÇÃO IX – NOVAÇÃO	 207
1. Conceito e modalidades	207
2. Pressupostos da novação	209
2.1. Declaração expressa da intenção de constituir uma nova obrigação em lugar da antiga	209
2.2. Existência e validade da obrigação primitiva	210
2.3. Constituição válida da nova obrigação	211
3. Regime da novação	212
 SECÇÃO X – A REMISSÃO	 215
1. Conceito de remissão	215
2. Pressupostos da remissão	215
3. Efeitos da remissão	218
 SECÇÃO XI – A CONFUSÃO	 221
1. Conceito de confusão	221
2. Pressupostos da confusão	222
3. Regime da confusão	223

## PARTE IV DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

### SECÇÃO I – MODALIDADES DE NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES 227

#### SECÇÃO II – O NÃO CUMPRIMENTO TEMPORÁRIO 229

1. A mora do devedor 229
  - 1.1. Pressupostos da constituição do devedor em mora 229
  - 1.2. Consequências da mora do devedor 234
  - 1.3. Extinção da mora do devedor 237
2. A mora do credor 239
  - 2.1. Pressupostos da mora do credor 239
  - 2.2. Efeitos da mora do credor 242
  - 2.3. Extinção da mora do credor 245

#### SECÇÃO III – O INCUMPRIMENTO DEFINITIVO E SEUS EFEITOS.

##### A RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL 247

1. Incumprimento e responsabilidade obrigacional 247
  - 1.1. Generalidades 247
  - 1.2. A ilicitude na responsabilidade obrigacional 249
  - 1.3. A culpa na responsabilidade obrigacional 249
  - 1.4. O dano na responsabilidade obrigacional 250
  - 1.5. O nexo de causalidade na responsabilidade obrigacional 253
  - 1.6. O ónus da prova na responsabilidade obrigacional 253
  - 1.7. A responsabilidade do devedor pelos actos dos seus auxiliares ou representantes 255
2. O não cumprimento nas obrigações de prestações recíprocas 258
  - 2.1. Generalidades 258
  - 2.2. Excepção de não cumprimento do contrato 259
  - 2.3. Resolução por incumprimento 261
  - 2.4. A indemnização por incumprimento nos contratos sinalagmáticos 266
3. A impossibilidade culposa da prestação e sua equiparação ao incumprimento 269
  - 3.1. A indemnização por incumprimento 269
  - 3.2. O *commodum* de representação 270
  - 3.3. O regime da impossibilidade parcial 270
4. Cumprimento defeituoso da obrigação: a violação positiva do contrato 271

#### SECÇÃO IV – A REALIZAÇÃO COACTIVA DA PRESTAÇÃO 277

1. A acção de cumprimento e a execução 277
2. A execução específica das obrigações 279
3. A sanção pecuniária compulsória 281

SECÇÃO V – AS CLÁUSULAS DE LIMITAÇÃO E EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE E A CLÁUSULA PENAL	283
1. Generalidades	283
2. Cláusulas de exclusão de responsabilidade	283
3. Cláusulas de limitação de responsabilidade	285
4. Cláusulas de fixação de responsabilidade: a cláusula penal	286

## PARTE V

### DA GARANTIA DAS OBRIGAÇÕES

SECÇÃO I – A GARANTIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES	293
1. Conteúdo da garantia geral	293
2. Meios de conservação da garantia geral	294
2.1. A declaração de nulidade	294
2.2. A acção sub-rogatória	296
2.2.1. Modalidades de acção sub-rogatória	296
2.2.2. Pressupostos da acção sub-rogatória	297
2.2.3. Regime da acção sub-rogatória	298
2.3. A impugnação pauliana	299
2.3.1. Generalidades	299
2.3.2. Pressupostos da impugnação pauliana em relação à primeira alienação	300
2.3.2.1. Generalidades	300
2.3.2.2. Realização pelo devedor de um acto que diminua a garantia patrimonial do crédito e não seja de natureza pessoal	301
2.3.2.3. Anterioridade do crédito em relação ao acto ou, sendo ele posterior, prática do acto dolosamente com o fim de impedir a satisfação do direito do futuro credor	303
2.3.2.4. Natureza gratuita do acto ou, sendo ele oneroso, ocorrência de má fé tanto do alienante como do adquirente	304
2.3.2.5. Impossibilidade de o credor obter a satisfação integral do crédito ou agravamento dessa impossibilidade	305
2.3.3. Pressupostos da impugnação pauliana em relação às transmissões posteriores	306
2.3.4. Regime da impugnação pauliana	307
2.3.4.1. Efeitos da impugnação pauliana em relação ao credor	307
2.3.4.2. Efeitos da impugnação pauliana na relação entre o devedor e terceiro	309



2.3.4.3. Extinção do direito à impugnação pauliana	310
2.3.5. Natureza da impugnação pauliana	311
2.4. O arresto	313
<b>SECÇÃO II – AS GARANTIAS ESPECIAIS DAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>315</b>
1. Generalidades	315
1.1. Tipos de garantias especiais	315
1.2. Separação de patrimónios	316
1.3. Caução	317
1.4. Cessão de bens aos credores	319
1.4.1. Generalidades	319
1.4.2. Forma	319
1.4.3. Objecto	320
1.4.4. Efeitos	320
1.4.5. Extinção	321
1.4.6. Natureza jurídica	321
2. As garantias pessoais	323
2.1. A fiança	323
2.1.1. Generalidades	323
2.1.2. Forma da fiança	326
2.1.3. Principais características da fiança	326
2.1.4. Relações entre credor e fiador	328
2.1.5. Relações entre devedor e fiador	330
2.1.6. Pluralidade de fiadores	332
2.1.7. Extinção da fiança	334
2.2. A subfiança	335
2.3. A retrofiança	336
2.4. O mandato de crédito	336
2.5. A garantia autónoma	338
2.5.1. Generalidades	338
2.5.2. Modalidades: a garantia autónoma simples e a garantia autónoma à primeira solicitação	340
2.5.3. Forma	340
2.5.4. Regime	341
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>345</b>